



# PREFEITURA DE MORENO

GABINETE DO PREFEITO

Comissão de Finanças e Orçamento  
Para oferecer o seu parecer  
Em 09/05/23  
Presidente

Comissão de Justiça e Redação  
Para oferecer o seu parecer  
Em 09/05/23  
Presidente da Comissão Executiva

PROJETO DE LEI Nº DE 02 DE MAIO DE 2023

140

Câmara Vereadores do Moreno  
APROVADO EM  
30/05/23  
12 fevereiro

EMENTA: Institui a Mesa Permanente de Negociação Fiscal, e dá outras providências.

Câmara Vereadores do Moreno  
APROVADO EM  
30/05/23  
22 fevereiro

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, Estado de Pernambuco, no uso das suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores a seguinte Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal:

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Fica instituída a Mesa Permanente de Negociação Fiscal, estabelecendo critérios e requisitos para que o Poder Executivo Municipal, inclusive suas autarquias e fundações, e seus devedores realizem transações tributárias resolutivas, afim de solucionar consensualmente, através da mediação, os conflitos ligados aos créditos de natureza tributária e não tributária que compõem a Dívida Ativa do Município de Moreno.

**Art. 2º** A negociação de que trata a presente normativa obedecerá às diretrizes da isonomia, autonomia da vontade entre as partes, confidencialidade, transparência, moralidade, capacidade contributiva e consenso entre as partes.

**Art. 3º** Para fins desta Lei, considera-se:

- I. Mediação: Forma de solução de conflitos pela qual um terceiro, que tenham ou não vínculo com as partes, às auxilia na solução de conflitos;
- II. Créditos de natureza tributária: Quando provenientes de obrigação legal relativa a tributos, bem como seus respectivos adicionais e multas;



# PREFEITURA DE MORENO

## GABINETE DO PREFEITO

III. Créditos de natureza não-tributária: Demais créditos da Fazenda Pública Municipal, de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias.

**Art. 4º** A Mesa Permanente de Negociação Fiscal, obedecerá às seguintes prerrogativas:

I. Dirimir os conflitos entre o Poder Executivo Municipal e os particulares interessados, em se tratando dos créditos de natureza tributária da Dívida Ativa Municipal;

II. Promover, quando couber, a celebração de termo de acordo como meio de solução consensual de conflitos;

III. Solucionar conflitos que envolvam o Poder Executivo Municipal e particular, desde que referentes a direitos disponíveis que admitam transação.

**Art. 5º** A Mesa Permanente de Negociação Fiscal será diretamente vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda do Município do Moreno, cabendo-lhe, dentre outras ações:

I. Avaliar e homologar e homologar os pedidos de negociação, por meio de autocomposição;

II. Proceder, quando couber e no âmbito de sua competência, com a formalização de Termo de Acordo nos casos que foram submetidos a meios autocompositivos;

III. Difundir a prática da negociação e fomentar a solução adequada de conflitos;

IV. Conduzir as negociações realizadas através da Mesa Permanente de Negociação Fiscal;

V. Propor, em regulamento, e sempre que necessário, a organização e a uniformização dos procedimentos e parâmetros para a celebração de acordos, nos termos da Lei;

**Art. 6º** A Mesa Permanente de Negociação Fiscal funcionará em local próprio designado para esta finalidade, ou em local compartilhado com outros órgãos e/ou secretarias, desde que possua estrutura adequada disponível para sua instalação.

## CAPÍTULO II



# PREFEITURA DE MORENO

## GABINETE DO PREFEITO

### DO PROCEDIMENTO

**Art. 7º** O procedimento de que trata esta Lei, será iniciado mediante requerimento de qualquer das partes interessada.

§1º Caso o procedimento de Negociação seja solicitado pela Administração Pública Municipal, o particular deverá ser notificado, de forma prévia, da data e horário da sessão, por qualquer dos meios de comunicação disponíveis.

§2º. Se a solicitação advir do particular, este deverá requerer a audiência através da abertura de Processo Administrativo, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, de forma prévia, sendo de responsabilidade dos Mediadores realizar o agendamento e posterior comunicação ao particular interessado.

**Art. 8º** As sessões de mediação deverão ser conduzidas por mediadores, devidamente qualificados, vinculados a Secretaria Municipal da Fazenda, que deverão esclarecer as partes os seus direitos e os efeitos da celebração de um acordo.

**Parágrafo Único.** Visando o funcionamento adequado da Mesa Permanente de Negociação Fiscal, fica autorizada a utilização do pessoal vinculado a Procuradoria Geral do Município, sempre que se fizer necessário.

**Art. 9º** Os acordos de que trata esta Lei consistirão no pagamento de débitos inscritos na Dívida Ativa municipal, seja para as dívidas tributárias ou não tributárias, em parcelas mensais e sucessivas, não se aplicando aos acordos (inclusive parcelamentos) firmados em momento anterior à publicação desta Lei, ainda que regidos por legislação própria.

**Art. 10** Em detrimento da realização do Termo de Acordo firmado entre as partes, considerando a possibilidade de acarretar ônus financeiro ao Município, o Secretário Municipal responsável pela pasta deverá realizar a homologação para validar efetivamente a negociação.

§1º. O Secretário Municipal, poderá delegar ao Secretário Executivo da Receita a competência para realizar a homologação de que trata o caput deste Artigo.



# PREFEITURA DE MORENO

## GABINETE DO PREFEITO

§2º. Em caso de realização de Acordo que envolva créditos tributários da Dívida Ativa que constituam ação de execução fiscal em trâmite, se faz necessária a homologação do Procurador Geral do Município, diretamente ou mediante delegação.

§3º. A omissão da homologação de que trata este artigo acarretará a nulidade da transação tributária celebrada através do Termo de Acordo.

**Art. 11** A homologação dos acordos implicará em coisa julgada administrativa, não sendo possível o refazimento da negociação.

### CAPÍTULO III

#### DA TRANSAÇÃO

**Art. 12** Para fins do disposto nesta Lei, será passível de transação os créditos tributários e não tributários que estejam devidamente inscritos em Dívida Ativa, sendo vedada a realização de acordos:

- I. Relativos a créditos não inscritos na Dívida Ativa Municipal;
- II. Que resulte em créditos para o dever, dos débitos transacionados;
- III. Que cumule com quaisquer outras reduções asseguradas pela legislação acerca dos débitos transacionados.

**Art. 13** Para fins desta lei, a transação pode contemplar a concessão dos seguintes benefícios:

- I. Concessão de descontos nos encargos (multas e juros) vinculados a Dívida Ativa Municipal;
- II. Concessão de parcelamento;
- III. Concessão de descontos, ou isenção, no pagamento dos honorários sucumbenciais.

§1º. As disposições do caput deste artigo se aplicam a Dívida Ativa que seja, ou não, objeto de Execução Fiscal.



# PREFEITURA DE MORENO

## GABINETE DO PREFEITO

§2º. Os descontos que tratam o inciso I do caput serão concedidos, limitando-se ao percentual de 50% (Cinquenta por cento) obedecendo os seguintes critérios:

- I. De 50% (Cinquenta por cento) para pagamentos realizados em uma única parcela;
- II. De 40% (Quarenta por cento) para pagamentos realizados em até 30 (trinta) parcelas;
- III. De 30% (trinta por cento) para pagamentos realizados em 31 (trinta e uma), ou mais, parcelas.

§3º. A concessão do parcelamento de que trata o inciso II do caput deste artigo será concedida mediante atendimento integral das disposições legais do Art. 281 do Código Tributário Municipal, e demais normativas atinentes a matéria.

§4º. O benefício de que trata o inciso III do caput, será concedido, mediante obediência dos seguintes critérios:

- I. De 50% (Cinquenta por cento) de desconto nos valores atribuídos, a título de honorários sucumbenciais;
- II. De 100% (Cem por cento) de desconto nos valores a título de honorários sucumbenciais, desde que atendidos os requisitos de reconhecimento legal de situação de pobreza, devendo serem apresentados, a título de comprovação, o Número de Identificação Social (NIS) e posterior assinatura de Declaração de Hipossuficiência, a ser fornecido pela Procuradoria Geral do Município para juntada ao processo.

**Art. 14** O termo de transação, quando cabível, devidamente anuído pelas partes, suspenderá a exigibilidade do crédito, seja nas vias judiciais ou extrajudiciais, até a efetiva extinção dos créditos ou eventual rescisão.

§1º. Os créditos compreendidos na transação somente serão extintos quando forem cumpridas, de forma integral, as condições previstas no Termo.

§2º A homologação da transação pelo devedor constituirá confissão irretratável e irrevogável dos créditos em Dívida Ativa abrangidos por ela.





# PREFEITURA DE MORENO

## GABINETE DO PREFEITO

§4º. Para realização dos mutirões, poderão ser utilizadas as dependências da Secretaria Municipal da Fazenda, ou em local neutro adequado, desde que possua estrutura disponível a sua instalação.

**Art. 18** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, caso necessário, em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 19** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Moreno, 02 de Maio de 2023.

**EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA**

**Prefeito de Moreno**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MORENO**

***Casa Henrique Barbosa da Paz Portela***

www.cmvm.org.br

E-MAIL-camara@cmvm.org.br

*Câmara Vereadores do Moreno*  
**APROVADO EM**  
*30/05/23*

## **PARECER**

## **RELATÓRIO**

Chega a Comissão de Justiça e Redação, o Projeto de Lei nº 110/2023, Institui a Mesa Permanente de Negocio Fiscal e dá outras providências

A proposta foi lida em plenário e encaminhada a comissão para análise.

## **NO MÉRITO**

De acordo com a justificativa o objetivo desta proposição é a concessão de descontos e a flexibilidade dos meios de pagamentos através de um entendimento humanizado, buscando o entendimento acerca da capacidade contributiva de cada cidadão e a adequação das suas necessidades a prerrogativa de cobrança que o Município dispõe.

Essa matéria se reveste de elevado interesse, sob a ótica Constitucional, a matéria se reveste totalmente com o manto da Constitucionalidade e Legalidade, não havendo qualquer impedimento formal ou material que impeça a sua tramitação nos termos regimentais.

## **CONCLUSÃO**

Isto posto, por se encontrar a proposição em consonância com as normas Constitucionais, a Comissão se manifesta favoravelmente a tramitação e aprovação desta matéria

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Moreno, 22 de maio de 2023.

**RUBEM NASCIMENTO**  
- PRESIDENTE -

*Joel Luiz da Silva*  
**JOEL LUIZ DA SILVA**  
- RELATOR -

*Edmar Apolinário*  
**EDMAR APOLINÁRIO**  
- MEMBRO -